Estatuto dos Direitos do Paciente e a Segurança do Paciente

Prof. Dra. Kalline Eler





Estrutura da Apresentação

Direito do paciente, direito do consumidor e direito do usuário

Direito do Paciente: novo ramo jurídico

Princípios do Direito do Paciente

Projeto de Lei nº 2242/22

Direito do paciente ao cuidado seguro e Direito de participar da sua segurança

Efeitos positivos decorrentes da lei de direitos dos pacientes



1. Direito do paciente, direito do consumidor e direito do usuário

Direitos dos Pacientes	Direitos do Consumidores	Direitos dos Usuários
Todas as entidades/organizações privadas e públicas	Estabelecimento de Saúde/Profissional privado/Saúde Suplementar	Sistema Único de Saúde
Lógica do Cuidado	Lógica do Consumo	Lógica de Saúde Pública
Fundamentado no Direito Internacional dos Direitos Humanos	Fundamentado no Direito do Consumidor	Fundamentado no Direito Sanitário

Os direitos dos pacientes, contidos nas leis dos países, são expressões dos direitos humanos que assentam um mínimo ético nos cuidados em saúde

2. Direito do Paciente: novo ramo jurídico

O Direito do Paciente é o ramo jurídico que trata da legislação, da teoria e da jurisprudência concernente às normas que versam sobre os direitos dos pacientes e seus mecanismos de implementação.

O Direito do Paciente tem como foco a proteção e o empoderamento do paciente na ambiência clínica, contrapondo-se a uma perspectiva paternalista de cuidado em saúde e fomentando a participação do paciente.

3. Princípios do Direito do Paciente

Princípio da Primazia do Cuidado Centrado no **Paciente** Princípio da Promoção da Autonomia Pessoal Princípio da Não Instrumentalização Princípio das Soluções de Restaurativas de Conflitos Princípio da Vedação do Tratamento Humilhante, Desumano e Degradante

Direitos Humanos dos Pacientes e Direitos dos Pacientes

Direito humano do paciente	Direito do paciente
Direito à vida	Direito a cuidados em saúde de qualidade e seguro.
Direito à privacidade	Direito à autodeterminação - direito a recusar tratamentos e procedimentos; direito ao consentimento informado; direito a participar do processo de tomada de decisão; e direito à segunda opinião.
	Direito à confidencialidade de dados pessoais.
Direito de não ser discriminado	Direito de não ser discriminado
Direito à informação	Direito à informação sobre sua condição de saúde; direito de acesso ao prontuário;
Direito à saúde	Direito aos cuidados em saúde com qualidade e segurança.
Direito aos remédios efetivos	Direito de apresentar uma queixa e direito à reparação.

ALBUQUERQUE, Aline. Manual de Direito do paciente, 2020.

4. Projeto de Lei nº 2242/22

Os direitos dos pacientes previstos no PL 2.242/2022

- Direito de contar com um acompanhante em consultas e internações, salvo quando o médico ou profissional responsável pelos seus cuidados entender que a presença do acompanhante possa acarretar prejuízo à saúde ou à segurança do paciente ou de outrem.
- Direito ao atendimento de qualidade, com profissionais adequados e capacitados.
- Segurança do paciente em procedimentos, ambientes e tratamento.
- Direito à informação sobre seus cuidados em saúde.
- Direito a n\u00e3o ser discriminado.
- Direito à confidencialidade de suas informações pessoais.
- Direito à privacidade.
- Direito de acesso ao prontuário médico.
- Direito de morrer com dignidade, sem sentir dor e de escolher o local de sua morte.

Direito à vida

Cuidado seguro

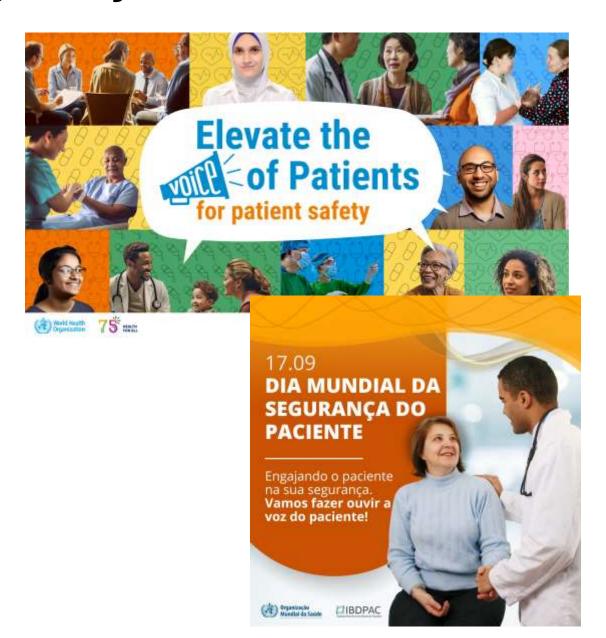
Direito à saúde

- *Direito de perguntar ao profissional de saúde se suas mãos estão higienizadas;
- *Direito de ter um agente do paciente, pessoa que o acompanha durante 24h enquanto estiver internado, legalmente incumbida de se certificar se os procedimentos de segurança estão sendo adotados;
- *Direito de ser informado sobre o medicamento prescrito, a sua aparência física, o modo de usar e até quando, os efeitos colaterais, bem como se o medicamento impõe alguma limitação;
- *Direito de ser informado sobre os cuidados que deve adotar quando receber alta hospitalar
- *Direito de participar da segurança do seu cuidado

ALBUQUERQUE, Aline. Direitos humanos dos pacientes, 2016.

Direito de Participar na segurança do seu cuidado

• O engajamento do paciente concorre para melhora da higiene das mãos e redução das taxas de infecção, melhor autogestão medicamentos, redução de de erros medicamento e de quedas, aumento do potencial de identificação de incidentes segurança do paciente por pacientes e familiares, prevenção de eventos adversos, bem como redução do tempo de hospitalização, melhor auto manejo, aumento da satisfação do paciente e melhores resultados clínicos, e, ainda, para assegurar que o plano terapêutico transcorra conforme prefixado. (ALBUQERUQE, 2023)



Caminho para construção da política nacional de promoção dos direitos humanos dos pacientes

Direitos
Humanos dos
Pacientes

Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989) Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)

Estatuto dos Direitos do Paciente

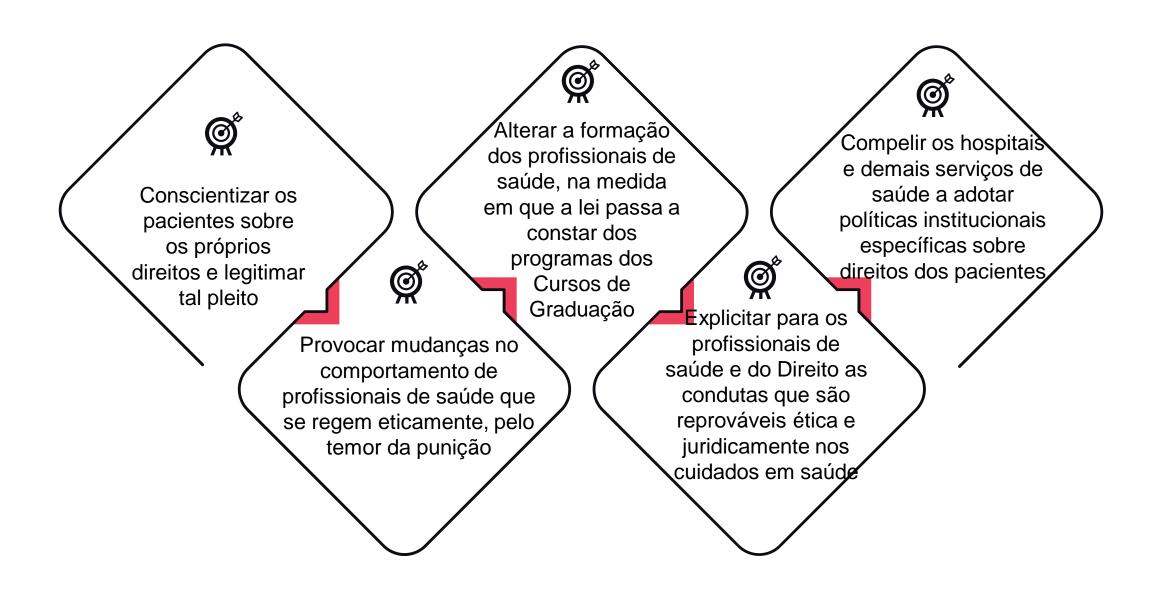
Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015)

Secretaria
Nacional dos
Direitos do
paciente

Secretaria
Nacional dos
Direitos da
Criança e do
Adolescente

Secretaria
Nacional dos
Direitos da
Pessoa Com
Deficiência

5. Objetivos do Estatuto dos Direitos do Paciente



6. Efeitos positivos decorrentes da lei de direitos dos pacientes

Melhores serviços médicos;

Incremento da consciência profissional e da confiança na equipe de saúde;

Aumento da percepção da importância da segurança do paciente; Declínio dos problemas legais relacionados aos médicos e demais profissionais da saúde (redução da judicialização da medicina);



Os cuidados em saúde são marcados pela assimetria de informação - as Leis sobre os Direitos dos Pacientes mitigam a assimetria assegurando mais informação aos pacientes, o que diminui o risco de hospitalização e de erros relacionados à medicação e aumenta a adesão ao tratamento (Healy 2014).

As Leis sobre os Direitos dos Pacientes fomentam o modelo do cuidado centrado no paciente, criando uma nova cultura na saúde de parceria entre o paciente e o profissional, o resulta em melhores condições de saúde para o paciente (Healy 2014).

7. Reflexões Finais

A lei de direitos dos pacientes tem o condão de considerar e promover três concepções: tomada de decisão compartilhada; cuidado centrado no paciente; resolução extrajudicial dos conflitos

Uma lei específica de direitos dos pacientes corresponde a um instrumento essencial para a alteração da cultura dos cuidados em saúde no Brasil.



MUITO OBRIGADA!